

Artigos

01. **A inadequação da aplicação de teorias fundadas na procedural justice ao processo judicial civil**
Roberto de Aragão Ribeiro Rodrigues 17
02. **Celeridade processual e a máxima da razoabilidade no novo CPC (aspectos positivos e negativos do art. 4.º do novo CPC)**
Artur César de Souza 43
03. **Colisão e ponderação de normas na elaboração do novo Código de Processo Civil**
Danilo Christiano Antunes Meira, Horácio Wanderlei Rodrigues 59
04. **Teoria das cargas probatórias dinâmicas (distribuição dinâmica do ônus da prova): exegese do artigo 373, §§ 1.º e 2.º do NCPD**
Eduardo Cambi 85
05. **A voz e a vez do interesse público em juízo: (re)tomando a sério a intervenção custos legis do Ministério Público no novo processo civil brasileiro**
Elton Venturi 113
06. **Ausência de colaboração e evidência do direito**
Guilherme Thofehrn Lessa 147
07. **O direito à prova e à não autoincriminação em uma perspectiva comparada entre os processos civil e penal**
Marcella Alves Mascarenhas Nardelli 171
08. **Distinção entre processo e procedimento**
Marcos José Porto Soares, Glaziele Zanardi 199
09. **A posição do magistrado em face dos negócios jurídicos processuais**
Murilo Teixeira Avelino 219
10. **Interpretação do art. 475-N, I, do CPC/1973 conforme o ordenamento: o processo como pressuposto da eficácia executiva**
Luan Raniere Santana Trevizan 241
11. **Concessão de efeito suspensivo ope iudicis a recurso: possibilidades e perspectivas diante do novo Código de Processo Civil**
Armando Wesley Pacanaro 263

12. Prequestionamento no recurso especial sob a ótica da função do STJ no sistema processual civil: uma análise perante o novo Código de Processo Civil <i>Elaine Harzheim Macedo, Roberta Scalzilli</i>	287
13. Suspensão <i>ope judicis</i> das ações individuais: comentário ao acórdão do REsp 1.353.801/RS <i>Ana Cristina de Melo Silveira, Luiz Manoel Gomes Junior</i>	317
14. Pré-eficácia das normas e a aplicação do Código de Processo Civil de 2015 ainda no período de <i>vacatio legis</i> <i>Antonio do Passo Cabral</i>	335
15. Divergência doutrinária sobre a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil e proposta de solução <i>Fabiano Carvalho</i>	347
16. Diálogo judicial e autoridade persuasiva: uma análise comparativa do acórdão do STF na ADin 3.510 e da sentença da Corte IDH no caso Artavia Murillo e outros vs. Costa Rica <i>Brahim Bitar de Sousa</i>	355
17. A modulação de efeitos em favor dos entes públicos na superação de precedentes: uma análise de sua (im)possibilidade <i>Ravi Peixoto</i>	381
18. As sentenças manipulativas aditivas: os casos das Cortes Constitucionais da Itália, da África do Sul e do STF <i>Carlos Alexandre de Azevedo Campos</i>	403
19. Sobre a não homologação de acordos por ausência de advogado da parte requerida na relação de direito patrimonial disponível: uma necessária análise sobre o instituto da transação na perspectiva de autêntico negócio jurídico processual <i>Vitor Gonçalves Machado</i>	431
20. Arbitragem e estabilização da tutela antecipada <i>Eduardo Talamini</i>	455
21. Do Código Buzaid ao novo Código de Processo Civil: uma análise das influências culturais sofridas por ambas as codificações <i>Camila Nunes</i>	485